



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0294084-3**

**COMARCA:** Paudalho – 1ª Vara do Júri  
**RECORRENTE:** **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA**  
**RECORRIDO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR:** Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATOR:** **Des. Nivaldo Mulatinho Filho**

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO BIQUALIFICADO (ART. 121, § 2º. II E IV, DO CP). PLEITO DE IMPRONÚNCIA. DESCABIMENTO. MATERIALIDADE COMPROVADA. SUFICIENTES INDÍCIOS DE AUTORIA. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA CABAL – *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. NECESSIDADE DE SUBMISSÃO DO RÉU AO TRIBUNAL POPULAR. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – A Pronúncia imprescinde apenas do convencimento acerca da existência do crime e elementos probatórios suficientes de sua autoria, a teor do disposto no art. 413 do Código de Processo Penal. *In casu*, os relatos das Testemunhas de Acusação se mostram consistentes e coerentes entre si, apontando o Recorrente como participante do homicídio praticado contra a vítima.

II – Recurso improvido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0294084-3**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 03 de 2013.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator**



250  
[assinatura]

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0294084-3**

**COMARCA:** Paudalho – 1ª Vara do Júri  
**RECORRENTE:** **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA**  
**RECORRIDO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR:** Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito, interposto por **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA**, conhecido por “Júnior” ou Júnior do CD”, “do Coque” ou “da Feira”, contra a Decisão de Pronúncia do Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Paudalho – PE, prolatada em 02 de agosto de 2012 (fls. 177/181), que o pronunciou por homicídio duplamente qualificado por motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima (art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal), por haver indícios de ter assassinado a vítima **JÚLIO MERELE FILHO**, mediante a utilização de faca-peixeira.

Narra a Denúncia, às fls. 01-A/01-B que no dia 24 de julho de 2011, por volta das 02h, no interior do “barzinho da Lucinha”, localizado no Sítio Cajueiro Claro, Zona Rural, Paudalho/PE, o acusado **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA**, fazendo uso de uma faca-peixeira, desferiu vários golpes contra a vítima **JÚLIO MERELE FILHO**, causando-lhe a sua morte.

Narra, ainda, a Denúncia (fl. 01-A), que “(...) *naquele barzinho estava sendo comemorado o aniversário de Solange Pereira dos Santos – mãe do denunciado – quando adentraram a vítima Júlio Merele Filho e o amigo Cláudio Paulino da Silva, pedindo uma cerveja e se dirigindo para proximidade da mesa de bilhar, longe dos convidados*”.

Consta da Exordial acusatória que passados alguns instantes, a vítima aparentemente embriagada, passou a ter uma discussão com o denunciado, motivada pelo fato de ambos se agredirem com a expressão



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

251  
8

"comédia". Ato contínuo, mesmo com a insistência do amigo Cláudio Paulino da Silva para irem para casa, a vítima permaneceu no local, enquanto que o denunciado foi em casa e armou-se com uma faca tipo peixeira, voltando aquele bar (fl. 01-B).

Consta, ainda, que a vítima, o denunciado e seu irmão foram para o lado de fora do bar para uma conversa, quando, de inopino, reiniciou-se a discussão, foi quando o denunciado sacou da faca peixeira e começou a desferir vários golpes contra a vítima, acertando acidentalmente o seu irmão ALEXANDRO DOS SANTOS BARAÚNA, que tentava a todo custo apartar a briga, produzindo neste, lesões de natureza leve (fl. 01-B).

Insatisfeito com a decisão de Pronúncia, o recorrente manejou recurso em sentido estrito às fls. 188, e, nas razões de recurso (fls. 195/199), aduziu não existir indícios suficientes de autoria. Por fim, pede a impronúncia e a consequente expedição de alvará de soltura.

Às fls. 215/220, o Ministério Público, em resumo, defende o não provimento do recurso interposto, afirmando que a análise do mérito caberá ao Conselho de Sentença, devendo o acusado ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri de Paudalho.

A decisão foi mantida na oportunidade do artigo 589, do CPP (fl. 222).

A Procuradoria de Justiça em matéria Criminal, através do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer às fls. 241/245, propugnando pelo **improvemento** do recurso.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 13 de março de 2013.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0294084-3**

**COMARCA:** Paudalho – 1ª Vara do Júri  
**RECORRENTE:** **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA**  
**RECORRIDO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR:** Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**VOTO**

Insurge-se o recorrente **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA**, contra Decisão do Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – PE, prolatada em 02 de agosto de 2012 (fls. 177/181), que o pronunciou por homicídio duplamente qualificado por motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima (art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal), por haver indícios de ter assassinado JÚLIO MERELE FILHO, no dia 24/07/2011, no “barzinho de Lucinha”, localizado no Sítio Cajueiro Claro, zona rural de Paudalho – PE (fls. 01 - A / 01 - D).

Sustenta a Defesa, em Razões de Recurso de fls. 193/197, que *“não existe nos autos prova, ainda que frágil, de ter o RECORRENTE tirado a vida desse bandido, na verdade, não se logrou reunir indícios suficientes de autoria que enseje uma sentença de pronúncia, submetendo o RECORRENTE a mais um constrangimento: expostos numa sala na presença de familiares e desconhecidos para ver-se julgar por um crime que não cometeu”*.

**Não assiste razão ao Recorrente.**

A materialidade do crime está comprovada, conforme se observa do exame da perícia tanatoscópica às fl. 10 e fotografias (fls. 11/13).

Existem elementos probatórios suficientes em relação à autoria, apontando o recorrente **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA**, conhecido por



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



**“Júnior” ou Júnior do CD”, “do Coque” ou “da Feira”, como sendo a pessoa que praticou o homicídio contra a vítima JÚLIO MERELE FILHO.**

**Analisemos.**

Perante a Autoridade Judicial (fls. 156/157), o Recorrente acerca do fato narrado na Denúncia disse, que: *“(…) Que naquele dia trabalhou na feira com os seus irmãos. Que na casa de sua mãe começaram a festa e depois foram para o bar de Lucinha. Que depois viu a vítima e Folha bebendo lá na sinuca. Que ao manteve nenhum contato com eles e nem tão pouco discutiu com eles. Perguntado se tem certeza, disse sim. Perguntado ‘então sua tia Lucinha está mentido?’ Respondeu: Deve estar. E acrescenta que depois ela lhe disse que na delegacia fizeram muitas perguntas a ela. Que Folha e a vítima estavam falando em voz alta dentro do bar, mais por conta da bebida e não por discussão. Que sua mãe começou a desarrumar as coisas da festa e ficou a observando. Que seu irmão continuava bebendo no bar. Que havia umas pessoas olhando a festa, umas mulheres. Que não viu com quem o seu irmão estava bebendo, porque na cerca tinha umas plantas. Que depois já viu o seu irmão caindo ferido, ele teria arrodado e caído no outro lado da cerca. Que não viu a vítima e Folha brigando. Que saiu atrás de uma moto para socorrer o seu irmão, mas não conseguiu e voltou, momento em que seu irmão já ia sendo socorrido por um motoqueiro. Que ao voltar viu então a vítima caída no chão, que ele ainda estava vivo, se virou para o lado, e morreu. Que ele estava todo ensanguentado. Perguntado qual a motivação para estar sendo acusado, disse que não sabe. Sabe apenas que a polícia, primeiro levou Folha e depois ‘botaram ‘ para a sua pessoa”.*

A testemunha ÂNGELA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, conhecida por “Lucinha do Bar”, às fls. 24/25, ouvida, apenas, na Delegacia de Polícia, relatou que: *“(…) no dia 24/07/2011, por volta das 18:00 horas começou um aniversário na residência de sua irmã de nome SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS, e que por volta das 19:30 horas todos foram para o seu bar, devido está chovendo no dia e pelo fato que o seu bar tinha um*



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



*espaço maior para abrigar todos que estava na festa, porém nesta hora quando todos seus familiares e amigos estavam em seu estabelecimento comercial, e chegaram duas pessoas conhecidas por "FOLHA e JUNIOR", no entanto houve uma discussão entre o Junior sobrinho da depoente, com JULIO MERELE FILHO, que também é conhecido por "Junior", que foi a vítima do homicídio, porém dessa primeira discussão não houve agressões físicas, no entanto antes de ocorrer a segunda discussão "Folha" teria chamado o amigo dele Junior para ir para casa, mas mesmo assim Junior permaneceu na festa, portanto na segunda briga dos dois Junior, a depoente tinha entrado para dentro de sua casa, mas tomou conhecimento que o Junior seu sobrinho tinha ido até a casa dele se armar com uma faca peixeira e começou a briga novamente com o Junior amigo de Folha, e nesta hora o seu sobrinho Junior desferiu vários golpes de faca peixeira em Junior amigo de Folha, e durante a briga foi atingido também o seu outro sobrinho de nome Alexsandro que foi socorrido para o hospital local e posteriormente foi socorrido para um hospital em Recife; Que, o Junior amigo de Folha faleceu no local da briga, e nesta hora a depoente chamou pelo telefone a Polícia Militar que esteve no local, porém o seu sobrinho Junior fugiu com destino incerto ignorado, sabe apenas que ele reside no bairro de Afogados, na cidade de Recife".*

*A testemunha CLÁUDIO PAULINO DA SILVA, reinquirido às fls. 43/44, ratifica o seu depoimento prestado perante a Autoridade Policial no dia 02/08/2011 - (fls. 43/44), afirmando que "(...) presenciou a ocorrência do crime de homicídio praticado contra JÚLIO MEIRELLES FILHO, conhecido por JÚLIO. (...) Que em seguida foram ao bar de lucinha, situado em cajueiro claro; Que estava acontecendo um aniversário no bar de Lucinha; Que lucinha não impediu o depoente e JÚLIO permanecerem no bar, inclusive vendeu cerveja nova schin para ambos; Que o depoente conhece ALESSANDRO há mais de cinco anos; Que o mesmo é boa pessoa; Que o depoente não conhecia o irmão de ALEXSANDRO que se chama ALEX DOS SANTOS BARAÚNA, que é conhecido por JÚNIOR; Que o depoente e JÚLIO foram para a sinuca do bar*



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



*e neste local se encontrava LEX; QUE ALEX E JULIO ficaram conversando e começaram a discutir verbalmente, e brigar porque ALEX chamou Júlio DE "comédia"; Que Júlio revidou chamando também ALEX de comédia; Que o depoente e o irmão de ALEX, o qual não sabe indicar o nome, apartaram abrigo, evitando que entrassem as vias de fato; Que o depoente ouviu quando ALEX disse o seguinte: 'espera ai que vou em casa'; Que o depoente chamou JÚLIO para ir para casa, mas ele não quis; Que 10 minutos depois ALEX retornou e chamou JÚLIO para conversar do lado de fora do bar; Que o depoente se levantou e foi para o portão do bar e viu que JÚLIO, ALEX e ALEXSANDRO conversavam como pessoas normais; Que em dado momento viu quando ALEX pegou uma faca e enfiou no 'vão de JÚLIO, ou seja, no ombro esquerdo, perto do pescoço; Que JÚLIO pediu socorro e o seu sangue começou a jorrar; Que o depoente ficou com medo e saiu correndo e não viu se ALEXSANDRO tentou apartar a briga; Que o depoente foi para casa e só voltou no outro dia com a polícia".*

A testemunha, ouvida em Juízo (fl. 152), e apresentada pela Acusação, EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS, policial militar, disse que, "na época trabalhava no destacamento desta cidade. Que estava de serviço quando por volta das duas horas da madrugada recebeu um telefonema da Unidade Mista informando que havia lá uma pessoa esfaqueada. Que se dirigiu até a Unidade Mista e chegando lá encontrou Alexsandro que estava esfaqueado e prestes a ser transferido para Recife. Que perguntou a ele o que tinha acontecido e ele disse que tinha sido uma discussão e que haveria mais pessoas feridas lá em Cajueiro Claro. Que se dirigiu para lá e começaram a procurar o lugar, o Bar de Lucinha onde teria acontecido uma festa. Que depois de muito esforço conseguiram localizar o local, pois o acesso é ruim e estava chovendo, e encontraram lá um corpo sem vida. Que tentaram colher informações sobre o que tivera acontecido, mas notou muita resistência das pessoas, que eram todas da mesma família. Que elas informaram que quem teria matado a vítima teria sido um tal de Folha, que era ex-presidiário. Que no



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



primeiro momento até deram o nome errado da vítima. Que chamou a civil para o local. Que no dia seguinte voltou a Cajueiro Claro novamente, mas as pessoas se escondiam para não dar informações, continuavam resistentes. Mas mesmo assim surgiu o informe que quem teria matado a vítima teria sido um irmão de Alexsandro".

O informante ALEXSANDRO DOS SANTOS BARAÚNA, irmão do acusado, ouvido em Juízo, às fls. 151, disse que *"(...) Que já de madrugada choveu e então resolveram continuar a festa no bar de Lucinha, que se chama Ângela e é irmã de Solange e tia do acusado, que já estava fehcando, fo ela costuma chechá-lo pelas oito hora da noite, mas que ela abriu para que continuassem a festa. Que a chuva e a ida para o bar de Lucinha se deu por volta das onze/onze e meia da noite. (...) Que por volta, da uma hora da manhã chegaram a vítima e um amigo dela chamado Cláudio, conhecido por Olho de Folha ou Olho de fogo ou Folha. Que eles chegaram pediram uma cerveja e ficaram bebendo na mesa de sinuca, um pouco afastado do local onde estavam. (...) Que a vítima e Cláudio começaram a discutir, falando em voz alta. Que depois eles foram para a frente do bar e começaram uma luta corporal. Que o depoente então foi tentar apartar a briga e foi atingido nas costas e na perna. Que nesse momento desmaiou e já acordou no hospital. Que não chegou a ver quem estava armado com a faca. Que não houve nenhuma discussão entre o seu irmão Alex e a vítima. (...) Perguntado: E na hora em que a vítima teria discutido com Folha, quem mais estava no bar fora o depoente? Disse: Não sei não, tinha bebido muito já. É repetida a pergunta, e diz que a sua tia Ângela estava dentro do bar e se havia outras pessoas fora do bar, não se recorda".*

A informante SOLANGE FERREIRA DOS SANTOS, mãe do acusado, quando indagada, em Juízo à fl. 154, a respeito do fato delituoso, disse que *"(...) Que começou a festinha no quintal, mas deu uma chovidazinha, então guardaram as coisas, depois parou de chover e colocaram as coisas para fora novamente e começou a chover novamente. No momento Lucinha,*





**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



*sua irmã, chamou para que fossem ficar no bar dela que é vizinho, colado, já que ela estava fechando(...). Que por volta da meia noite chegaram dois rapazes, um deles é conhecido por "Folha", cada um mototaxista, tinham vindo, segundo dizem, da Usina Mussurepe. Que Lucinha então abriu a casa e atenderam eles lá na sinuca, despachando uma cerveja. Que a depoente começou a desarrumar as coisas da festa e começou a ouvir os dois rapazes que falavam alto. Que eles falavam; Eu já fui de Santo Amaro, já andei o mundo, já fui presidiário, já matei gente. O outro também dizia que já tinha andado no mundo e tinha experiência. Que eles ficavam falando essas coisas e a depoente até ficou nervosa. Que a depoente colocava as suas coisas através da cerca e depois arroteava para o seu terreno para pegá-las. E numas dessas idas, estava com Alex na porta da cozinha de sua casa, quando ouviu gritos, zoada, pedido de socorro. Que correu e já encontrou Alexsandro ferido, um homem caído no chão e "Folha" que saiu correndo, tendo desmaiado. Que foi trazida para a unidade mista e só acordou lá. Que ao acordar Alexsandro tinha sido levado para o Hospital da Restauração. Que quando ouviram os gritos tanto a depoente quanto Alex correram de sua casa. (...) Que Alexsandro lhe disse foi ferido quando foi apartar a briga da vítima com o Folha".*

Não foi ouvida nenhuma testemunha da Defesa.

A douta Procuradoria de Justiça, no seu Parecer, de fls. 241/245, analisando os depoimentos judiciais, afirma que:

*"Ora, a lei infraconstitucional (art. 413 do CPP) exige, para a pronúncia, apenas indícios, mero juízo de probabilidade e não certeza, prova cabal, firme, contundente, segura e indubitosa. Significa dizer, que não é o caso, que, mesmo sendo a prova conflitante e que alguns elementos de convicção destoem, contraditoriamente, impõe-se a pronúncia, tese esta, à unanimidade, seguida pelos doutrinados e pela jurisprudência dos Tribunais do País".*

Não se discute a materialidade delitiva que está consubstanciada no Laudo tanatoscópico de fls. 10 e ilustrações fotográficas de fls. 11/13.



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



Com relação à autoria, tem-se que há indícios suficientes para lastrear a decisão de pronúncia, conclusão a que se chega da leitura dos depoimentos das testemunhas.

Para a prolação da Sentença de Pronúncia, não se exige um acervo probatório capaz de subsidiar um juízo de certeza a respeito da autoria do crime. Exige-se prova da materialidade do delito, mas basta, nos termos do artigo 408 do Código de Processo Penal, que haja indícios de sua autoria.

Na forma do art. 413, caput, do CPP, *“o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes da autoria ou de participação”*.

Presentes tais requisitos a Pronúncia se impõe. Nesta fase prevalece o princípio *in dubio pro societate*, devendo o réu ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri da Capital, nos termos da Pronúncia.

Nesse sentido, colho o seguinte julgado deste Tribunal de Justiça:

**“PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ART. 408 DO CPP. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. POSSÍVEIS DÚVIDAS QUANTO AO FATO DELITUOSO DEVEM SER DIRIMIDAS PELO CONSELHO DE SENTENÇA. – IMPROVIMENTO DOS RECURSOS. DECISÃO UNÂNIME.**

**1. A decisão de pronúncia deve ser mantida, diante da presença de indícios de autoria e do convencimento do juiz quanto à existência do crime, sendo estes os requisitos previstos no art. 408 do Código de Processo Penal.**

**2. Considerando que vigora, na fase de pronúncia, o princípio in dubio pro societate, eventual dúvida quanto ao fato delituoso deve ser dirimida pelo Conselho de Sentença, que é o juiz natural da causa”.**  
(Recurso em Sentido Estrito Nº. 127201-3, Terceira Câmara Criminal, Relator Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, j. em 18/04/2007).

O Juiz Processante, por ocasião da Pronúncia, negou ao Acusado o direito de recorrer em liberdade, aduzindo que *“Ante as condições do réu, entendo por continuarem presentes os requisitos da custódia preventiva alhures decretada, havendo quando da instrução a percepção de*



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



*divergência entre os depoimentos trazidos pelos familiares do denunciado, a grande maioria que esteve presente no momento do fato, e ainda, havendo testemunhas-chave, uma delas tia do acusado, e que prestaram depoimento em sede policial e simplesmente deixaram à comarca sem indicar paradeiro ao serem intimadas para audiência de instrução, logo, reforça-se o entendimento estruturado nos dispositivos processuais que deve ao pronunciado ser negada a prerrogativa de aguardar julgamento em liberdade – art. 413, § 3º, do CPP (fl. 181).*

De fato, os depoimentos das testemunhas ouvidas em Juízo demonstram várias divergências. Mas as testemunhas ANGELA MARIA PEREIRA DOS SANTOS, conhecida por “Lucinha do Bar”, tia do acusado e CLÁUDIO PAULINO DA SILVA, conhecido por “Folha” ou “Olho de Folha”, amigo da vítima, foram enfáticas em apontar o ora Recorrente como o autor do crime (fl. 24 e fls. 28/29). Inclusive, o acusado **ALEX DOS SANTOS BARAÚNA** já foi preso em flagrante delito, portando uma arma de fogo (fl. 156).

Tendo sido demonstrada a periculosidade do recorrente, entendendo necessária a manutenção da medida excepcional de constrição de liberdade, antes do julgamento pelo Tribunal do Júri.

Ante o exposto, em conformidade com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao Recurso**, mantendo na íntegra a decisão de Pronúncia de fls. 177/181.

É como voto.

Recife, 27 de 03 de 2013.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator